

USO DO TERRITÓRIO, DENDEICULTURA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: uma análise dos camponeses integrados à empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB) no município de Moju, PA.

Cleison Bastos dos Santos¹
João Santos Nahum²

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar os impactos da expansão da dendeicultura na produção de alimentos nas comunidades camponesas do Alto Moju, integradas à empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB), no município de Moju, estado do Pará. No total, foram entrevistados 26 camponeses, sendo 6 da comunidade do Arauaí e 20 da comunidade do Apeí, ambos pertencentes à Associação de Desenvolvimento Sustentável da Cultura do Dendê da Agricultura Familiar do Alto Moju. Para tanto, revisitamos literatura concernente ao tema, tal como trabalhos de campo e entrevistas. Focalizamos a problemática da produção de alimentos, pois acreditamos que a cultura da palma tem se expandido em áreas que, anteriormente, eram ocupadas pela lavoura tradicional (roçado). Soma-se, a este processo, a dedicação da mão de obra familiar aos tratos e a gestão dos projetos com a cultura de dendê. O tema é pertinente, porque a disputa por terra e mão de obra tem rebatimentos na produção de alimentos.

Palavras-chave: Território, Dendeicultura, Produção de alimentos.

Introdução

Moju está localizado na microrregião de Tomé-Açu, que abrange, além do referido município, Tailândia, Acará, Tomé-Açu e Concórdia do Pará. Moju, tal como outros municípios desta zona fisiográfica, possui grande tradição no plantio de mandioca e na produção de farinha de mesa, bem como no plantio e na extração do óleo de palma.

Segundo Cleison Santos (2015) as metamorfoses processadas no espaço agrário mojuense são resultantes das políticas empreendidas pelos militares para a região amazônica, sobretudo, no final da década de 1970 e início da década de 1980. Foi neste contexto que chegaram os eixos rodoviários, da PA 150 e da PA 252. Ao longo dessas rodovias, instalaram-se empreendimentos agroindustrias, tais como: a REASA – Reflorestadora da Amazônia S.A, hoje, Marborges Agroindústria S.A; a Sococo Agroindústria da Amazônia S.A; a Universal Agroindustrial S.A, a Agropecuária Olho D'água Ltda e a Agromendes (Agropalma). Esses

¹ Docente de Geografia da Rede Pública de Ensino do estado do Pará. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA.

cleisonge@gmail.com

² Docente da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA.

E-mail: prof.joaonahum@gmail.com

projetos econômicos projetaram no campo mojuense a dinâmica do agronegócio, sobretudo, do dendê.

As condições edafoclimáticas (clima, solo, insolação e pluviosidade), as condições territoriais (estradas, pontes, terra e localização) e as condições políticas, como o Projeto “Novo Pará”, do ex-governador Almir Gabriel, no ano de 2000, a política de expansão do Grupo Agropalma, no ano de 2000, a política agroenergética do Programa Nacional e Uso do Biodiesel (PNPB), de 2004 e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma, de 2010 (PPSOP), foram fundamentais para que Moju ascendesse como um dos principais polos produtores de dendê do Pará.

O município de Moju sedia, atualmente, cinco empresas do ramo da dendeicultura. A antiga REASA, hoje Marborges, a Amapalma, empresa do Grupo Agropalma, a Biopalma, a chinesa Guanfeng Group e a empresa Belém Bioenergia Brasil, subsidiária da Petrobrás. Nos arriscamos em dizer que Moju é, hoje, o único município do estado do Pará que abriga o maior número de empresas do ramo da dendeicultura, que atuam nas diversas modalidades: agricultura familiar, agricultura empresarial, áreas arrendadas e plantios próprios.

O presente trabalho tem por objetivo analisar os impactos da expansão da dendeicultura na produção de alimentos nas comunidades camponesas³ do Arauaí e do Apeí do Alto Moju, integradas à empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB), no município de Moju, estado do Pará. Tal como Nahum; Bastos (2013) partimos do pressuposto de que a chegada da dendeicultura promoveu mudanças significativas na paisagem, na configuração espacial, na dinâmica social e no território usado das comunidades que estão diretamente relacionadas à cadeia produtiva da palma. Focalizamos a problemática da produção de alimentos, pois acreditamos que a cultura da palma tem se expandido em áreas que, anteriormente, eram ocupadas pela lavoura tradicional (roçado). Soma-se, a este processo, a dedicação da mão de obra familiar aos tratos e a gestão dos projetos de agricultura familiar com a cultura de dendê. O tema é pertinente, porque a disputa por terra e mão de obra pode ter rebatimentos na produção de alimentos. A produção, o acesso e a qualidade dos alimentos são de suma importância para a sobrevivência e reprodução dos habitantes tanto do campo quanto da cidade.

Utilizamos neste trabalho dois procedimentos metodológicos. A metodologia analítica, amparada nos conceitos de *periodização* e *evento* de Milton Santos (2006), Santos; Silveira

³ Optamos pela categoria “camponês” em detrimento da categoria “agricultor familiar”. Acreditamos, tal como Wanderley (1996), que o conceito de agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares.

(2001), que nos ajudaram a pensar o trabalho em três períodos de tempo, denominado de T1 – que diz respeito ao *Tempo anterior* à chegada do projeto comunitário do dendê nas comunidades. Em seguida, temos o tempo da implantação do projeto de dendê e, por fim, um período chamado de T2 – o *Tempo a partir da* implantação da dendeicultura nas comunidades. Eles nos ajudaram a traçar uma trajetória da formação territorial da região do Alto Moju. Na metodologia operacional, realizamos revisão bibliográfica concernente ao tema abordado, trabalhos de campo nos dias 04/07, 03/08, 31/08 e 15/09 de 2017 e levantamento cartográfico e de imagem de satélite da área estudada.

As discussões sobre Agrocombustíveis versus produção de alimentos.

O debate acerca da produção de biocombustíveis e a diminuição da produção de alimentos e o eventual aumento de preço das culturas alimentares tem gerado muitas controvérsias (Abramovay, 2009).

Jean Ziegler, relator especial das Nações Unidas, em seu relatório de 2008, classificou os biocombustíveis como um “*crime contra a humanidade*”. Os biocombustíveis além de provocar aumento no preço dos alimentos, está convertendo culturas que, tradicionalmente, eram utilizadas para alimentação, em biocombustível, como é o caso do milho.

Segundo Alexandre; Hurt (2007), nos primeiros anos da era dos biocombustíveis, a demanda por milho e soja aumentou consideravelmente, assim o aumento das demandas do milho e da soja para a produção de biocombustível, elevou o preço desses grãos e, à medida que mais hectares são convertidos para a produção de milho, menos hectares estarão disponíveis para outras culturas que competem pela mesma terra.

Para Cleps Jr (2010) uma questão muito importante na discussão contemporânea da questão agrária brasileira, refere-se ao problema dos agrocombustíveis e a produção de alimentos. Segundo Schlesinger (2014), a produção brasileira de agrocombustíveis está baseada em duas grandes monoculturas: a de soja e a de cana-de-açúcar.

Oliveira (2009) demonstrou em seu estudo que a produção de agrocombustível vem causando diminuição acentuada na produção de alimentos no território nacional, nos últimos 15 anos. O autor analisou a produção de cana-de-açúcar, em várias regiões do Brasil, mas, sobretudo, no estado de São Paulo, por concentrar mais de 50% da produção nacional. O estudo mostrou que

Os dados do IBGE, entre 1990 e 2006, revelam a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar, e que cresceu nesse período, mais de 2,7 milhões de hectares. Tomando-se os municípios que tiveram a expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verifica-se que, neles, ocorreu a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil hectares de arroz. Essa área reduzida poderia produzir 400 mil toneladas de feijão, ou seja, 12% da produção nacional, e 1 milhão de toneladas de arroz, o que equivale a 9% do total do país. Além disso, reduziram-se nesses municípios a produção de 460 milhões de litros de leite e mais de 4,5 milhões de cabeças de gado bovino. Embora a expansão esteja mais concentrada em São Paulo, já o está também no Paraná, em Mato Grosso do Sul, no Triângulo Mineiro, em Goiás e em Mato Grosso. Nesses Estados, reduziu-se a área de produção de alimentos agrícolas e se deslocou a pecuária na direção da Amazônia. (Oliveira, 2009, p. 05).

Para Jank; Nappo (2009) a expansão do etanol no Brasil tem sido constantemente acusada, de forma injusta, de contribuir para o desmatamento da região Amazônica, além de ser associada ao aumento dos preços internacionais de importantes *commodities* agrícolas. Segundo os autores, embora a produção de cana-de-açúcar tenha aumentado, o Brasil não reduziu o ritmo de produção de alimentos, a safra de 2007/2008 bateu recorde histórico. No âmbito internacional, segundo os autores, a crise dos alimentos é multidimensional, sendo o fator mais importante a ascensão econômica da China e da Índia que tem pressionado fortemente a demanda de alimentos no mundo (Idem, 2009).

Bickel (2004) debruça seus estudos sobre a expansão da soja no Brasil. Segundo o autor, enquanto a produção de soja para o mercado mundial cresce constantemente, a produção de alimentos básicos para o abastecimento interno é relativamente negligenciada. O autor compara a área cultivada da soja com a de produção de alimentos básicos, chegando a seguinte conclusão

A área cultivada com soja aumentou de 10,6 milhões de hectares (ha) (1993) para 18,5 milhões de ha (2003), enquanto a produção cresceu 250 %, passando de 22,6 para 52,2 milhões de toneladas [...]. Como a área agrícola total cresceu somente 5 milhões de ha neste período, a área de soja aumentou às custas de áreas antes cultivadas com espécies como arroz, milho (primeira safra), algodão e pastagens. (BICKEL, 2004, p. 61).

Milton Santos (2001) afirma que temos uma reorganização produtiva do território. Cada fração do território brasileiro é demarcada por pontos especializados para atender uma lógica global. Hoje, os cinturões e as frentes pioneiras revelam que o território brasileiro tem incorporado muitas das características da revolução agrícola, mas especialmente nas culturas de exportação. “Assim, esses produtos acabam por invadir, com velocidade cada vez maior,

áreas antes destinadas às produções domésticas. Houve uma desvalorização das agriculturas alimentares básicas e de tradição nacional, como arroz, feijão e mandioca” (Milton Santos, 2001, p. 120).

Estudando os agricultores familiares, produtores de mamona, integrados às empresas de biodiesel do estado do Ceará e da Bahia (KAWAMURA; FAVARETO e ABRAMOVAY, 2009) demonstraram que a produção ricinicultora dos agricultores é feita de forma consorciada com outras culturas alimentares, como o feijão, o milho e a abóbora. No caso do estado do Pará, a dinâmica é outra. Os agricultores familiares de base camponesa que estão integrados à cadeia produtiva do dendê das empresas Biopalma, Agropalma, Marborges e Belém Bioenergia Brasil, em geral, a palma, plantada nas propriedades dos camponeses, assume característica monopolista, ou seja, uma monocultura. Normalmente, as empresas da região, não permitem ou não incentivam que outras culturas sejam plantadas nos dendezais. No máximo, elas permitem a introdução da mandioca nas entrelinhas dos palmares nos três primeiros anos não produtivo da cultura.

Uma consequência resultante do processo de integração dos camponeses, do estado do Pará, à cadeia produtiva da palma foi o aumento de preço do principal produto da dieta alimentar do paraense, a farinha de mesa, por conta da diminuição da área plantada de mandioca, sua principal matéria prima, como apontam Homma e Viera (2012):

Considerando a área máxima e mínima colhida no período 2005/2011, verificou-se no Pará a redução de 10% da área colhida de mandioca, estimada em 30 mil ha. A alta nos preços da farinha de mandioca no estado tem sido causada, em parte, pela substituição de áreas produtoras de mandioca por dendezais em municípios como o Acará”. (HOMMA e VIEIRA, 2012, p. 83).

Gemaque et al. (2015, p. 96) estudando os assentados do Projeto de Assentamento Calmaria II⁴, integrados ao Grupo Agropalma, registram que as áreas de cultivo de mandioca dos assentados diminuíram 51,5% desde a integração. Antes do projeto de dendê a área plantada chegava cerca de 58,2 ha, em 2005. Em 2014, nove anos após o contrato, a área plantada caiu para 28,2 ha. Antes do dendê, a mandioca era cultivada por 96% dos assentados. Ferreira (2016, p. 57) analisando o projeto I, na comunidade do Arauaí, no Alto Moju, no município de Moju, aponta que antes do dendê, a mandioca era cultivada por 96% dos agricultores, o milho por

⁴ O PA Calmaria II está localizado entre o município de Acará (70%) e o município de Moju (30%).

64%, o arroz, 54%, o feijão por 34% e a laranja por 10%. Atualmente esses percentuais caíram para 58%, 6%, 8%, 0% e 2%, respectivamente.

A vila Apeí antes da integração camponesa à cadeia produtiva do dendê

A vila Apeí está localizada no Alto rio Moju, no município de Moju. Segundo o senhor Almir Cristino, na vila, há cerca de 40 casas e 120 espalhadas ao longo do Ramal Apeí. Na vila, há duas escolas de ensino na modalidade fundamental menor. Os alunos do fundamental maior e do ensino médio deslocam-se, via transporte escolar, até a Escola Nossa Senhora do Sagrado Coração, na comunidade do Arauí, vila vizinha ao Apeí. Não há Agente Comunitário de Saúde (ACS), nem posto médico. As pessoas com necessidade de atendimento médico e exames deslocam-se para a vila da Soledade, onde há um posto de saúde e médicos periodicamente ou para a cidade de Moju, mas a maioria viaja para a cidade de Tailândia, por ser mais próxima da vila. Não há abastecimento de água, os moradores utilizam poços de “boca” para suprir suas necessidades. Dois comércios abastecem os moradores da vila com açaí, carne bovina e variados produtos. Há três bares e uma igreja protestante.



Imagem 1: Vila do Apeí
Fonte: Cleison Santos (GDEA), 2017

Dois linhas de ônibus interligam a vila do Apeí à cidade de Moju e à cidade de Tailândia. Os ônibus partem às 06:00h para os dois destinos e retornam da cidade de Moju às 13:10h e da cidade de Tailândia às 13:00h. Partindo do terminal rodoviário da cidade de Moju

até ao Apeí, teremos os seguintes trajetos: o primeiro é seguir a PA 150 até a altura do km 74 até a portaria da empresa CRAI, do Grupo Agropalma, depois de percorrido um labirinto de dendezal você encontrará uma bifurcação, o lado direito dará acesso ao porto do CRAI e o lado esquerdo acesso ao Projeto III, passando esse projeto, mais adiante entraremos na vila do Arauaí, passando a vila do Arauaí, teremos outra bifurcação. Para o lado direito, acessaremos o Projeto I. Para o lado esquerdo, acessaremos o ramal Apeí e, em seguida, a referida vila. Partindo de Tailândia, seguindo a PA 150 até a altura do km 108 adentraremos na vicinal conhecida como “vicinal do Parola” que dará acesso à vila.

A dieta alimentar dos camponeses do Apeí, em meados da década de 1980, era baseada no pescado obtido no igarapé Apeí, na caça, na criação de pequenos animais e, sobretudo, na produção do roçado. A tradição agrícola do Apeí e do Arauaí era “*plantar banana e torrar farinha*”. O Arauaí e o Apeí eram grandes produtores de banana, “aqui todos os agricultores plantavam banana. Só nós plantava 2.500 pés, a gente tirava 220 caixas de 15 em 15 dias e a gente ainda comprava a produção de outros agricultores, comprava mil, duas mil caixas e levava para Moju e para Belém” (Entrevista 1). No entanto, segundo o entrevistado, no início da década de 1990, “veio uma doença que deixou a planta com uma cor escura e acabou com os bananais daqui. A gente tentou ainda tratar, mas não conseguimos vencer a doença e daí essa tradição acabou” (Idem).

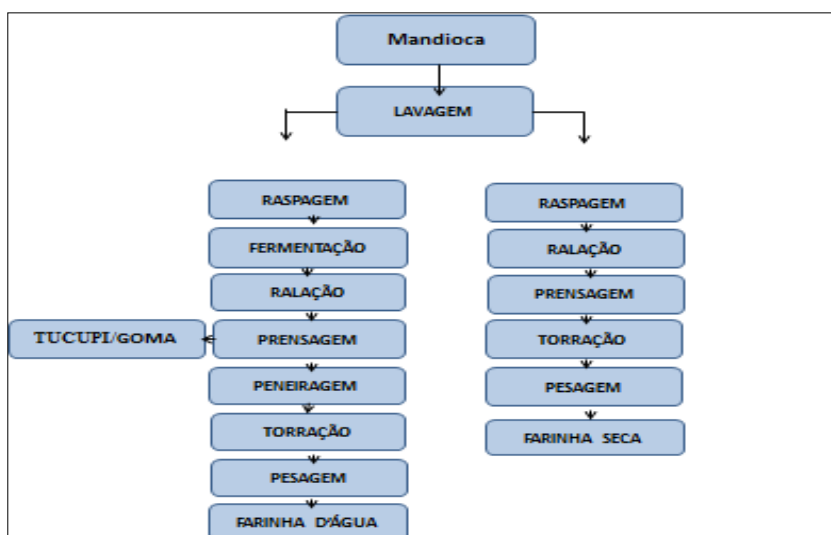
No Apeí, era comum a produção do roçado de “verão” e de “inverno”. O roçado de “verão” é 50% menor que o do “inverno”. Também não se planta o arroz por conta da falta de umidade na terra, mas planta-se milho. Alguns preferem plantar apenas a mandioca. Há camponeses que preferem iniciar seu roçado de “verão”, por exemplo, no mês de abril. Outros, no mês de maio. O mesmo ocorre com o plantio de “inverno”: muitos preferem plantar em dezembro, outros em janeiro. Já a produção da farinha dura o ano todo. O preparo do roçado para o plantio da mandioca, do milho, do arroz e do feijão é feito pela mão de obra familiar ou através de mutirão⁵ e/ou pela trocas de dias⁶. Os tratos culturais, ou seja, o controle das ervas daninhas é feito através das capinas, que começam em torno de um mês após o plantio. Realizam-se de duas a três capinas por ano. O arroz é o primeiro produto a ser colhido, seguido

⁵ O mutirão constituía uma espécie de sociedade de auxílios mútuos, baseada unicamente nos costumes e usanças dessa boa gente, que não dispendo muitas vezes senão do seu único braço para o serviço, planta, todavia, roças consideráveis, e obtém a colheita necessária para a sua subsistência. (AZEVEDO, 2006).

⁶ Troca de dias se dá quando uma família realizada alguma tarefa para outra família e, em troca, fica a obrigação moral de retribuir a ajuda em outro dia programado.

do milho. A mandioca é colhida em torno de um ano depois do plantio, de acordo com as necessidades de consumo e comercialização.

Após a colheita a produção é transportada para o retiro onde será beneficiado. No retiro, o processamento é realizado de forma manual. O Fluxograma 1 mostra as etapas percorridas para a produção tanto da farinha seca como da farinha d'água, como também dos subprodutos tucupi e goma.



Fluxograma 1: Etapas de produção da farinha. Dados da pesquisa.

O plantio de mandioca e o fabrico de farinha de mesa constituíam-se tradições dos camponeses do Apeí. “Eu fazia 15 tarefas de mandioca, de milho, de feijão, de abóbora e de jerimum. A produção era muito e o trabalho também” (Entrevista 2). “Eu cheguei a fazer 18 tarefas de mandioca, como naquela época, a gente vivia apenas da produção, não tinha jeito, tinha que ser muita produção” (Entrevista 3). O circuito produtivo da farinha, desde a constituição do roçado até o ensacamento da farinha no retiro, é bastante longo, trabalhoso e pouco rentável.

“É difícil trabalhar com o roçado, porque dá trabalho para limpar a área, plantar, você tem que colher e fazer a farinha. Na farinha parceiro, não tem hora. Tinha vez que a gente levantava 02:00h, 03:00h da madrugada para torrar farinha. Jogava farinha no forno e trabalhava até às 17:00h da tarde. Nesse tempo, até hoje eu falo dessa renda. O que lucrava para nós mesmo era a comida, eu não via outro tipo de renda da farinha. Nesse tempo (1990) a farinha era muito barata (1 real o quilo). Aqui vinha marreteiro de Abaetetuba e de Igarapé-Miri (ficavam no Arauaí). Eles traziam 1 paneiro de camarão e levavam 3 sacas de farinha, naquela época não era vendido no pacote (15 kg), era vendido na saca de 60 kg. O cara trazia 100 kg de mapará (peixe) e levava uma faixa de 40 sacas de farinha. Nesse tempo era difícil a vida (Entrevista 4).

O depoimento acima nos mostra o quanto é penosa a realidade do homem do campo nas suas tarefas cotidianas. O roçado e a produção de farinha demandam muitas horas de trabalho e o produto resultante do processo produtivo, a farinha, alfrete pouco retorno monetário. Quando o entrevistado fala que o lucro era a comida, porque o que se produzia, por meses e anos de trabalho se traduziam na troca de mercadoria por outra mercadoria.

Nesse período, a maior parte da produção era levada para Belém. Como não havia, naquela época, o ramal Apeí, era pelo caminho das águas, através do igarapé Apeí, afluente do igarapé Arauaí que se deslocavam pessoas, doentes, grávidas e a produção dos camponeses em direção à cidade de Moju e de Belém. Os principais produtos destinados para a venda, oriundos da produção camponesa, eram: a banana, a farinha, o milho, o arroz, o feijão, a melancia, o jerimum e a abóbora. As dificuldades para o escoamento da produção foram assim relatadas por um camponês

Antes da chegada do ramal Apeí (2001) era uma peleja para chegar até a cidade de Moju e Belém para onde era levada a produção do povoado. Nós andávamos um dia e uma noite para chegar em Belém. A gente saía daqui umas 06:00h da manhã numa canoa (casco) a remo, com a produção, até a escolinha do Arauaí, a gente levava de uma à uma hora e meia remando até lá. Lá, a gente mudava a produção da canoa para um barco maior e seguia para a cidade de Moju pelo rio Moju. A gente chegava na cidade por volta das 13:00h. Em Moju, vendia parte da produção, mas a maior parte era embarcada no ônibus que partia de madrugada para Belém. Em Belém, a produção era desembarcada e vendida no porto da Conceição, no Jurunas, lá tinha comprador certo (Entrevista, 5).

A chegada dos projetos de agricultura familiar com cultura de dendê na região do Alto Moju.

O município de Moju recebeu o primeiro projeto-piloto de associação entre agricultura familiar com cultura do dendê em território nacional. A parceria estabelecida entre o Grupo Agropalma e os camponeses fez nascer o Projeto I ou Arauaí I, implantado no ano de 2002, na comunidade do Arauaí, no Alto Moju. O projeto contou com 50 famílias que receberam, cada uma, um lote com 10 hectares para cultivar a palmeira africana. No ano de 2004, foi a vez dos camponeses da comunidade da Soledade, localizada no Alto Moju, receber o Projeto II ou Projeto Soledade, que contou com 50 famílias que receberam, cada uma, um lote com 10 hectares. Em 2005, inaugura-se o Projeto III ou Arauaí II, na comunidade do Arauaí nos

mesmos moldes do Projeto I e II. O Projeto IV, criado em 2006, foi estendido, para os assentados do Projeto de Assentamento, Calmaria II, do INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária, localizado na PA 150, no km 65, com uma área de 210 hectares destinados para 35 famílias, cada uma com 6 hectares (BASA, 2012).

Em 2011, inauguram-se os primeiros projetos com cultura da palma entre os camponeses da comunidade do Apeí e a empresa subsidiária da Petrobrás, a Belém Bioenergia Brasil (BBB). “A Belém Bioenergia Brasil S.A. foi fundada em 14 de janeiro de 2011 [...] tem como principal atividade a produção, a logística e a comercialização de óleo vegetal [...] A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, tendo a primeira colheita prevista para o segundo semestre de 2013” (BELÉM BIOENERGIA BRASIL, 2011). Há duas usinas esmagadoras em fase de construção nos Polos de Tailândia e de Tomé-Açu. Ambas extrairão o óleo bruto das áreas arrendadas e familiares que será exportado para a usina de produção de Biodiesel da empresa Galp, em Portugal.

A BBB prevê o plantio de palma em uma área de 50 mil hectares distribuídos em dois polos (Tailândia e Tomé-Açu) cada um com 12.500 hectares e uma usina esmagadora para a extração do óleo de palma bruto. Para tanto, vem firmando parcerias envolvendo a agricultura familiar (área de 10 ha), agricultor empresarial (área de plantio superior a 10 ha) e arrendamento (área entre 300 a 1000 ha) (Belém Bioenergia Brasil, 2013).

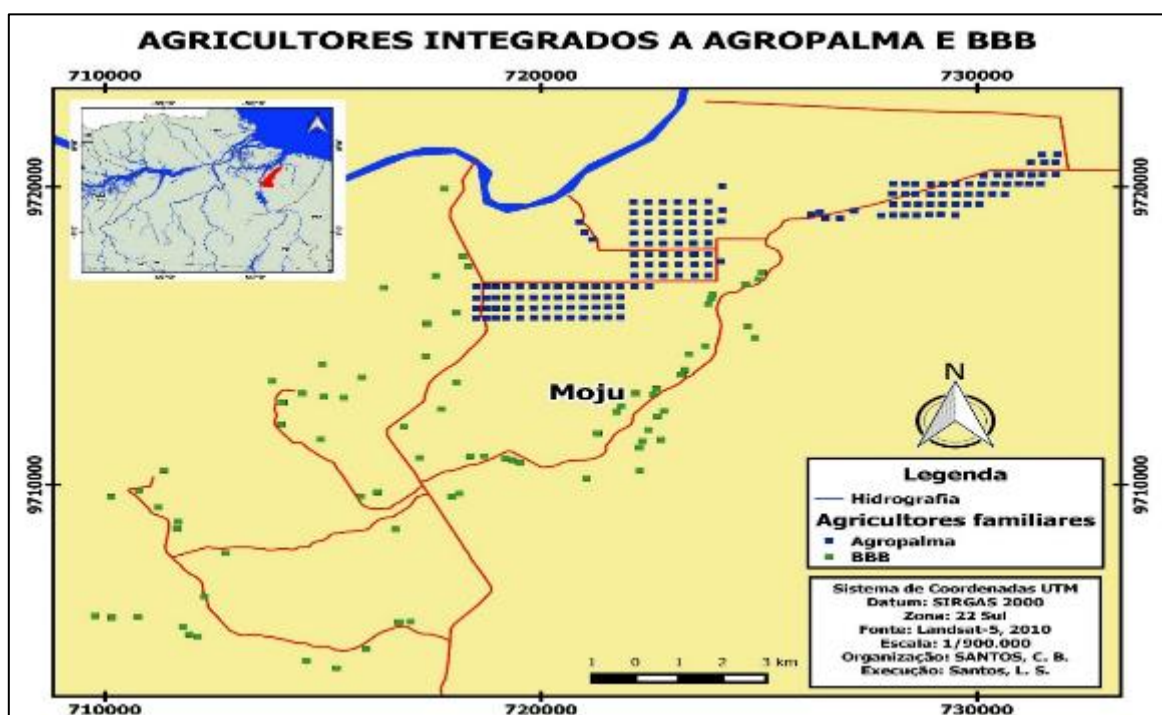
Na agricultura familiar, serão envolvidas mil famílias. A empresa não tem interesse em comprar terras, por isso, está fazendo parcerias em áreas arrendadas de proprietários de porte médio e grande dos municípios e com camponeses que estão dentro da área de abrangência dos polos. O modelo de negócio e critérios de seleção da agricultura familiar são os seguintes: a) plantio em áreas de 7 a 10 ha/família; b) em áreas antropizadas até novembro 2005; c) áreas dentro do ZEE e ZAE; d) enquadrar-se nos critérios da linha de financiamento Pronaf Eco Dendê; e) ter como agente financeiro o Banco da Amazônia; f) ter Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP); g) ter Cadastro Ambiental Rural (CAR); h) ter declaração de posse; e f) garantia de assistência técnica gratuita (BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A)⁷.

Segundo o senhor Almir Cristino, presidente da Associação do Desenvolvimento Sustentável da Cultura do Dendê da Agricultura Familiar do Alto Moju, os primeiros plantios foram realizados nos anos de 2011/2012, 2012/2013. 2013/2014. Segundo a empresa Belém

⁷http://www.globalbioenergy.org/fileadmin/user_upload/gbep/docs/2013_events/GBEP_Bioenergy_Week_Brasilia_18-23_March_2013/3.6_ESMERALDO.pdf. Último acesso em 12 de outubro de 2014.

Bioenergia, há um total de 255 projetos na modalidade familiar nos municípios de Moju e Tailândia. Na área estudada, que abrange as comunidades que fazem parte da associação, segundo o presidente da associação, ao todo são 66 projetos, sendo 6 na comunidade do Arauaí, 14 na comunidade de São Vicente e 46 projetos divididos na vila Apeí e ao longo do ramal Apeí. Ao contrário dos projetos I, II e III que foram estruturados na forma de assentamentos, pois o Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA) cedeu uma área que foi titulada em nome das Associações, desse modo, os camponeses ganharam um lote nos projetos, mas permaneceram nas suas propriedades, deslocando periodicamente aos lotes no período dos tratos culturais e da colheita. Os projetos no Apeí foram implantados nas propriedades dos camponeses, variando de 7, 8 e 10 hectares. Abaixo a localização de alguns projetos na área de estudo.

“O contrato tem como objetivo a compra pela COMPRADORA (empresa) e a venda pelo AGRICULTOR FAMILIAR, com exclusividade, de toda a produção referente a 10 hectares” (Contrato, p. 2). O tempo de compra e de venda estabelecido no contrato entre os camponeses e a empresa Belém Bioenergia é de 25 anos de exclusividade.



Mapa 1: Camponeses integrados às empresas Agropalma e BBB.
A dinâmica social depois da integração dos camponeses do Apeí à cadeia produtiva do dendê.

Estabelecido o contrato de 25 anos de fornecimento (exclusividade) entre os camponeses e a empresa Belém Bioenergia. Os camponeses do Apeí adentraram em um mundo desconhecido pela maioria, o mundo do trabalho ditado pelo ritmo das agrocommodities. Segundo Cleison Santos (2015)

O trabalho familiar dos camponeses é pautado pelo ritmo da natureza. É o tempo da natureza que indica o tempo da sementeira e o da colheita. Os camponeses da região do Alto Moju, da PA-150 e da PA-252, ao se integrarem aos projetos dendeicultores adentraram num novo ritmo de trabalho, não mais ditado pelo tempo da caça, da coleta dos produtos florestais, da derrubada, da queima, da coivara, do pousio da terra, da farinha, da lavoura itinerante; e, sim, por um tempo emanado da caneta do fiscal de campo, do contrato, do mercado consumidor interno e externo, das bolsas de valores, da usina esmagadora, da poda, do rebaixo, do adubo, do controle fitossanitário, do coroamento, das agrocommodities e do consórcio (Cleison Santos, 2015, 147).

No processo de integração, entre os camponeses e a empresa, se estabelece obrigações de ambas as partes. A empresa (compradora) obriga-se a disponibilizar ao agricultor familiar, 1.430 unidades de mudas necessárias à implantação do palmar, ao preço de R\$ 10,00 por muda a serem ressarcidas através do financiamento bancário contraído pelo Agricultor. Comprar os frutos durante a vigência do contrato (25 anos). Pagar o valor do CFF estabelecido nas cláusulas do contrato. Prestar assistência técnica e capacitação técnica quanto aos tratos culturais da cultura do dendê, tais como: poda, limpeza, rebaixo, adubação e colheita, o manuseio dos equipamentos utilizados na colheita; visitas periódicas (uma vez ao mês), promover dias de campo (treinamentos). Fornecer laudos de execução da atividade do agricultor, como a quantidade de tonelada colhida mensalmente e os respectivos valores pagos pela produção e orientar sobre as regras que normatizam o trabalho rural.

Os tratos culturais, que são as obrigações/tarefas, que os camponeses realizam para que seus palmares tenham uma boa produtividade e ao mesmo tempo estejam em consonância com as cláusulas do contrato, são os seguintes.

A empresa Belém Bioenergia repassa para seus integrados um calendário com as atividades que serão desenvolvidas nos dendezais, mas, muitas vezes, o técnico da empresa, nas visitas técnicas, repassa informações necessárias para os tratos culturais. Dito isto, os camponeses do Apeí realizam uma poda por ano nos dendezais, já que os plantios são recentes (2011/2012, 2012/2013, 2013/2014), não é necessário ainda mais do que uma poda.

A adubação é realizada duas vezes ao ano e são adicionados 2,5 kg de fertilizante por pé a cada aplicação. A diferença de aplicação do adubo da primeira para a segunda é de seis

meses. O rebaixo é mais uma etapa realizada pelos camponeses nos lotes, que consiste no corte da cobertura, localizada na entrelinha do dendê, pois permite um bom trânsito no processo do carregamento dos frutos e ao acesso fácil a qualquer planta. Essa operação é realizada duas vezes por ano. O coroamento é realizado duas vezes ao ano. Ele consiste na limpeza da vegetação que cresce ao redor do dendezeiro.



Imagem 2: Rebaixo e coroamento do dendezal no Arauaí.

Fonte: Cleison Santos, 2015.

Imagem 3: Rebaixo e coroamento do dendezal no Apeí.

Fonte: Cleison Santos, 2017

O controle fitossanitário é realizado em média de 4 em 4 meses. Nesta etapa, os camponeses, com orientação da empresa, devem realizar rondas para identificar possíveis doenças ou pragas nos dendezais. O corte do Cacho de Fruto Fresco (CFF) é realizado de 15 em 15 dias, ou seja, dois cortes ao mês. O carregamento consiste no transporte, feito por burros ou bois, do CFF do local onde foi cortado para o basculante da empresa responsável pelo transporte da produção até a usina esmagadora.

Segundo o senhor Edvaldo Ventura, proprietário da empresa (Transporte Guarumã), prestadora de serviço que transporte os cachos da modalidade agricultura familiar da empresa Belém Bioenergia para a fábrica, os camponeses pagam 60,00 a tonelada do CFF. Como a usina esmagadora do polo Tailândia está em fase de construção, os frutos eram transportados para serem beneficiados nas empresas Marborges, em Moju e pela empresa DENTAUÁ, em Vigia e na sua filial em Concórdia do Pará até o ano de 2016. Atualmente, relatou o empresário, os cachos, por questão de custo, são transportados para a usina esmagadora da empresa DENTAUÁ, em Concórdia do Pará.

O dendê produz o ano todo, mas os meses de setembro, outubro e novembro são considerados pelos camponeses como período de safra, enquanto os de dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho e agosto, de entressafra. No período de safra, a empresa pagou R\$ 290,00 a tonelada, na entressafra R\$ 220,00. A pesquisa se deu no período de transição da entressafra para a safra. Todos os 26 camponeses pesquisados tiveram seus plantios implantados no ano de 2013. Como o dendê começa a produzir no quarto ano de vida, estamos, portanto, analisando a safra do primeiro ano produtivo. Os dados mostraram que 10 camponeses (38,4%) tem uma produção que varia entre 2 a 4 toneladas no período de safra, passando para 0,6 (t) a 1 (t) no período da entressafra. Enquanto que 16 dos camponeses (63,6%) conseguem colher no período da safra entorno de 1 (t) a 1.7 (t), passando para 0,15 (t) a 0,6 (t) no período da entressafra.

Há camponeses que nem mesmo cortam o fruto no período da entressafra. Nesse período, a produção é menor por conta que os plantios estão no início da fase produtiva, só irão estabilizar suas produções a partir do 6º ano, ou seja, a partir do 3º ano produtivo. A diferença de produção entre os dendezaís que foram plantados no mesmo ano (2013) se deve por diversas questões. A primeira dela, é que os 10 camponeses que conseguiram uma maior produção em relação aos 16 restantes, todos possuem irmãos ou pais que possuem projetos, ou eles mesmos possuem dois projetos, já estabilizados, como o projeto I, II e III. Eles acabam injetando capital nos projetos mais recentes, contratando mão de obra e melhorando os tratos culturais os quais são fundamentais para o aumento da produtividade do dendê, “se você olhar a maioria dos projetos estão no meio do mato, o pessoal não tem dinheiro para limpar” (Entrevista, 6).

Como a produção é diminuta, por conta da fase produtiva, a renda advinda da venda do cacho à empresa é baixa. Os 10 camponeses mais produtivos conseguem obter uma renda líquida entorno de R\$ 1.000,00 no período mais produtivo e R\$ 400,00 no período menos produtivo. A situação dos 16 camponeses menos produtivos é mais complicada ainda, pois na safra, a média líquida é de R\$ 550,00 e na entressafra R\$ 200,00. “Eu mesmo, diz uma entrevistada, nem corto o coco no meu projeto, é melhor nem cortar, porque o prejuízo é menor” (Entrevista, 7).

Segunda a pesquisa, o dendê é para 10 famílias a principal renda, enquanto para os 16, ainda não se constitui o principal sustento da família. Mesmos assim, perguntados, da possibilidade de, futuramente, aumentar a área plantada com a cultura da palma, apenas 1 (um) não se mostrou interessado. A maioria tem intenção de aumentar suas áreas com a cultura,

porque “o dendê é retorno certo, ele dá trabalho, mas dá dinheiro, ele só não está dando agora porque a produção não está com muita força” (Entrevista, ??).

A dinâmica do trabalho com a cultura do dendê não fez desaparecer a principal tradição agrícola do Apeí, o roçado. Nas nossas visitas, ao contrário da comunidade do Arauaí, visualizamos na paisagem, a presença maior de roçados e retiros ao longo do ramal Apeí e da vila Apeí. Durante o campo, realizamos entrevistas com dois camponeses que estavam, no momento, produzindo farinha no retiro da família.



Imagem 4: Produção de farinha no retiro no Apeí.
 Fonte: Cleison Santos, 2017



Imagem 5: Produção de farinha no retiro no Apeí.
 Fonte: Cleison Santos, 2017

A produção de farinha dos dois camponeses, acima, é dividida para o consumo da família e para venda, entregue, geralmente, nas mãos dos atravessadores (marreteiros) que buscam a produção na propriedade dos camponeses. A farinha produzida, destinada para a venda, no retiro da imagem 4, percorre um circuito espacial longo. A atravessadora, que compra a produção, do referido camponês, destina a farinha para dois lugares: para a Ilha do Marajó e para Macapá. A produção da farinha, do retiro da imagem 5, destina-se para a região das ilhas de Abaetetuba, município vizinho de Moju. A produção de farinha do Apeí abastece, na verdade, o mercado local, pois vêm compradores das vilas adjacentes; o mercado municipal (cidade de Moju), o mercado intermunicipal (Tailândia, Abaetetuba (cidade e ilhas), Igarapé-Miri e o mercado regional (Marajó e Macapá).

A pesquisa mostrou que os roçados, apesar de presentes na paisagem do Apeí, diminuíram de tamanho. Antes da integração, quando o roçado era, praticamente, a única

atividade que os camponeses se dedicavam, o tamanho variava de 10 e 16 tarefas⁸, depois da integração, a média ficou entre 3 a 6 tarefas, portanto uma diminuição de 37.5 % se levarmos em consideração a média dos roçados. “ Tem vez que a gente não faz roçado, teve ano que a gente fez um ano sim, outro ano não” (Entrevista, 8). Mas, não foi somente os roçados que perderam espaço com a integração. Houve diminuição da diversidade agrícola, ou seja, o roçado está hoje, menos diversificado. O milho que era antes cultivado em 100% dos roçados, atualmente, é cultivado em 57,7% das propriedades; o feijão, 53,8%, o arroz é a cultura menos cultivada nas unidades produtivas camponesas, 46%.

Em se tratando do principal elemento da dieta alimentar do amazônida, a farinha, os depoimentos nos revelam que a produção diminuiu consideravelmente. “ Eu comecei a andar aqui em 1989, essa nossa região (Apeí) chegava a tirar uma faixa de duas carretas por semana, saía farinha por terra (estrada) e por água (igarapé), agora a produção está pouca, não sai nem um caminhão cheio” (Entrevista, 9). Um depoimento de um camponês nos mostra um panorama do contexto atual da região do Alto Moju

“ Olha eu tava olhando [...] Estava vendo que o Sucutuba dá de 10 a zero no Apeí. Lá, em todo canto tem retiro, em todo lugar tem produção. Lá, tem muita produção. Lá, todo retiro é lotado. Três, quatro forneiros. Eu passei ontem num 5 cinco retiros, todos lotados. Eu passei hoje, e estava tudo mundo deitado, descansando, porque quando termina a farinha dá uma dor no corpo, uma murrinha na pessoa. Aqui, (Apeí) ainda tem uns aí (retiro) [...] o pessoal do Carneiro, faz só pra bóia (farinha para consumo) eles não estão se envolvendo mais como eles se envolviam e o pessoal do Dico que também só pra bóia (farinha para consumo). Já não estão mais com aquela força. Com a chegada do dendê, a produção caiu muito. O Sucutuba ganha toda essa região aqui todinha (Entrevista, 10).

A produção de farinha e os roçados, continuam, relativamente, dinâmicos, no Apeí, porque muitos camponeses, ainda, estão produzindo farinha e isso se dá pelo baixo rendimento da venda dos frutos do dendê. “A gente está fazendo farinha, porque a produção do dendê ainda é baixa, essa farinha que está nos ajudando, o pacote de 15 kg custa hoje R\$ 50,00, é o que está salvando a gente” (Entrevista, 11).

Considerações finais

⁸ 1 (uma) tarefa corresponde a 0,30 hectares.

A integração dos camponeses aos empreendimentos dendeícolas, da região do Alto Moju, não eliminou a diversidade das culturas presentes nas unidades produtivas. Mesmo com a integração, a propriedade camponesa continua diversificada. Ou seja, o cultivo do dendê não inviabiliza a prática de outras culturas (VIEIRA; MAGALHÃES, 2012; HOMMA et al., 2014; SANTOS, 2015; VIEIRA, 2015). No entanto, a pesquisa mostrou que houve diminuição das culturas alimentares, tais como a mandioca, o milho, o arroz, o feijão e, principalmente, a farinha.

A integração fez com que houvesse um processo de ressignificação dos lugares ou aquilo que (Bernstein, 2011) chama de “mercantilização da existência”, ou seja, “o processo pelo qual os elementos de produção e reprodução social são produzidos para troca no mercado e nele obtidos e que os sujeita às suas disciplinas e compulsões” (Bernstein, 2011, p. 125). De lugares produtores de alimentos, sobretudo, para o uso familiar, muitas comunidades passaram a ser fornecedores de dendê para o mercado.

A evolução dos contratos exemplifica o número elevado de camponeses envolvidos com a cadeia produtiva do dendê em Moju. O município, em 2002, registrava apenas 50 camponeses integrados à cultura do dendê. A partir deste ano, o número de integrados aumentou significativamente. Em 2004, eram 100; em 2005, 150; em 2006, 185; em 2008, 319; em 2009, 327; em 2010, 370; em 2011, 392; em 2012, 501; em 2013, 646; e em 2014, um total de 773 integrados. Como em média são destinados 10 hectares para a cultura do dendê, temos, então, 7.730 hectares ocupados pela cultura da palma, que poderiam ser ocupadas com culturas alimentares e 773 famílias que deveriam se dedicar à produção de alimentos, mas dedicam, um relativo tempo e esforço para a cultura do dendê.

Bibliografia

AZEVEDO, J. F. de. Associativismo e agroecossistemas: **um estudo em Nossa Senhora da Glória**, Se. UFS/NEREN, 2006.

ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Biocombustíveis: a energia da controvérsia**. São Paulo: Editora SENAC SÃO PAULO, 2009.

BANCO DA AMAZÔNIA. A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dendê familiar. **Revista Contexto Amazônico**. Ano 5, n. 22, jun. 2012.

FERREIRA, Vanilda Araújo. **As influências socioeconômicas e ambientais da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2016.

GEMAQUE, A. M. S. ; FERREIRA FILHO, H.R ; BELTRAO, N. E. S. . A Dendeicultura na Amazônia: **Adoção do Projeto Dendê Familiar em uma comunidade Rural no Estado do Pará**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional , v. 11, p. 80-100, 2015.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al., **Integração grande empresa e pequenos produtores de dendezeiro: o caso da comunidade do Arauaí, município de Moju, Pará**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2014. 40 p. (Boletim de pesquisa e desenvolvimento).

KAWAMURA, Y., FAVARETO, A., ABRAMOVAY, R. **As Estruturas Sociais do Mercado de Matérias Primas Para o Biodiesel no Semi-Árido Brasileiro e os Bloqueios Institucionais à Inserção da Agricultura Familiar**. Relatório de Pesquisa. GTZ/SAF-MDA. Brasília – Distrito Federal, 2009b.

MONTEIRO, Kátia Fernanda Garcez. **Análise de indicadores de sustentabilidade socioambiental em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no Estado do Pará**. (Tese de Doutorado em Ciências Agrárias/Agroecossistemas da Amazônia – Universidade Federal Rural da Amazônia/Embrapa Amazônia Oriental, 2013).

PINTO, Genilson Pompeu. et al., **Avaliação do projeto de agricultura familiar com dendê para fabricação de Biodiesel – Moju/PA**. Belém: Universidade Federal do Pará. 2009, 38f. (Monografia de Especialização em Produção de Biodiesel).

SANTOS, Cleison Bastos dos. **Dendeicultura e comunidades camponesas: Uma análise do município de Moju**. Ed 1. Belém: Editora Itacaunas, 2015.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record. 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp. 2006.

SHANIN, Teodor. **La Classe Incomoda: Sociología política del campesinato en una sociedad em desarrollo (Rússia 1910-1925)**. Versión Española de Fernando Andrada Tápia. Madri: Alianza Editorial, 1983.

VIEIRA, A. C. C. **A "integração" camponesa ao monocultivo de dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico**. 2015. 139 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém-PA.

VIEIRA, Ana C.; MAGALHÃES, Sônia M. B. **Transformações no espaço rural amazônico: o plantio de dendê em comunidades camponesas do Baixo Tocantins, município de Moju/PA.** Belém, 2012.

WANDERLEY, Maria de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, out./1996 (GT 17, Processos sociais agrários).